



## Universidades Lusíada

Guerra, Isabel Maria Pimentel de Carvalho, 1948-

### **O espaço como poder e o poder do espaço : comentário sobre a descoincidência entre o uso capitalista e o uso socializado do espaço urbano**

<http://hdl.handle.net/11067/3482>

#### **Metadados**

<b>Data de Publicação</b>	1985
<b>Palavras Chave</b>	Sociologia urbana, Vida urbana - Aspectos sociais, Planeamento urbano - Aspectos sociais
<b>Tipo</b>	article
<b>Revisão de Pares</b>	Não
<b>Coleções</b>	[ULL-ISSSL] IS, n. 01 (1985)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-27T03:29:46Z com informação proveniente do Repositório

## O ESPAÇO COMO PODER E O PODER DO ESPAÇO

### Comentários sobre a descoincidência entre o uso capitalista e o uso socializado do espaço urbano

*Isabel Maria Pimentel de Carvalho Guerra\**

#### 1. Quando as lógicas não coincidem

Os problemas com que se defrontam as populações urbanas na sua existência quotidiana apresentam-se de formas diversificadas e desiguais traduzindo-se num conceito, assaz vago mas bem sintomático, e que todos conhecem — a «crise urbana».

A crise urbana ou a crise do «modo de vida urbano» apela para uma multiplicidade de problemáticas — a insuficiência e má qualidade dos alojamentos, a raridade e deficiências dos equipamentos, a distância casa-trabalho, o stress quotidiano de viver numa cidade que alguns esforçadamente procuraram, que quase todos não querem (ou não podem) abandonar mas em quem ninguém confia.

Quais as razões da «crise urbana»? Donde surge a (i)lógica duma organização espacial descoincidente com as formas de vida quotidiana da maioria dos urbanistas?

Uma sociedade conflitualmente produzida e apropriada necessariamente se materializa de forma conflitual. A cidade é não só um elemento essencial para o processo de acumulação capitalista, como um «quadro de vida» para as populações que a habitam. Essas duas funções de «produção» e de «consumo» não são coincidentes nas lógicas que induzem e nos efeitos que provocam.

A tão evocada «crise urbana» mais não é do que o efeito visual (e quantas vezes invisível) do jogo conflitual de forças e agentes estruturantes do espaço e que se manifesta na crise da «condição urbana». A crise não é nunca do espaço em si mas da condição de urbanita para quem uma determinada lógica de «produção do espaço» contraria a necessidade de uso socializado desse espaço.

A importância do elemento espaço advém de nele estarem contidas três funções fundamentais que na sociedade actual são funções não coincidentes e mesmo antagónicas:

\* Assistente Social e Socióloga e Assist. no ISCTE

- o espaço detém recursos (rurais e urbanos) indispensáveis à organização humana (tem um valor social).
- esses recursos são essenciais à manutenção e reforço de acumulação capitalista e portanto, apropriados individualmente dentro da lógica do modo de produção (tem um valor económico).
- as relações e conflitualidades entre grupos sociais são mediatizadas pelas formas de organização e apropriação dos espaços (tem um valor político e simbólico).

Este texto pretende salienta a importância do espaço urbano na estruturação das relações sociais a dois níveis. Num primeiro momento ilustrando a partir da relação cidade-campo o não isolamento do elemento espaço do contexto da estrutura social, nomeadamente através da tentativa de clarificação da sua função no actual modo de produção. Estamos no campo daquilo que alguns denominam de «economia política urbana» e que centra as suas análises no papel do espaço urbano no processo de acumulação capitalista. Num segundo momento pretende-se realçar o papel dos urbanitas na produção e re-criação quotidiana dos espaços, discutindo os efeitos do elemento espacial na estruturação da vida social.

Note-se, no entanto, que esta dicotomia só tem sentido numa apresentação «académica» que demarca logicamente os dois momentos de reflexão. Na realidade a produção e apropriação do espaço é um *processo conflitual e permanente* em que agentes, de interesses e estratégias diferenciadas, procuraram conquistar espaços de poder.

Produzir um espaço é também produzir um poder.

## 2. A territorialização do capital — o urbano como «meio de produção»

Uma concepção social do espaço e o esclarecimento da sua função no seio de uma formação social tem obtido, nos últimos anos, várias respostas nem sempre coincidentes. No centro da problemática está o estudo do processo de crescimento dos aglomerados como uma relação histórica entre sociedade e espaço. Nesta dimensão a cidade é considerada como um produto social que tem desempenhado ao longo do tempo funções diferenciadas, consoante os estádios de desenvolvimento da sociedade.

É conhecido que os aglomerados urbanos se formam desde o período pré-histórico através da concentração de um produto social excedente que o modelo económico é capaz de produzir e concentrar. Inicialmente as condições de auto-suficiência e sobrevivência dum grupo social implicavam que este possuísse um modo de produção e uma forma de organização social eficaz para obter, produzir e distribuir quantidades suficientes de bens materiais e serviços. No período anterior ao desenvolvimento do capitalismo, o campo alimenta a cidade. Vivem nele aqueles cuja presença nos lugares de produção não é necessária (sacerdotes, guerreiros, monarcas, escribas, etc.). Estes grupos sociais asseguravam, no entanto, uma situação de domínio, não essencialmente económico, mas ideológico, político e administrativo sobre o território envolvente.

A concentração urbana ao criar uma nova organização social, gerada, quer pelas capacidades do excedente agrícola, quer pela especialização de funções que a organização do próprio aglomerado provoca, cria novas necessidades de consumo que estarão na origem da manufactura e de toda uma longa especialização de serviços urbanos.

A partir desta forma simples de circulação espacial em que a cidade extrai sobreproduto do Hinterland agrícola, os aglomerados urbanos alteram-se com a manufactura e convertem-se em centros de produção da mais valia. Nesta fase o estabelecimento de relações comerciais entre as diferentes cidades criam novos modelos de circulação de bens. Do sistema de articulação entre cidades, passa-se à articulação de todo um território nacional e deste com o exterior.

A cidade adquire agora, um papel central na própria criação da mais valia e face ao campo apresenta um novo e nítido predomínio económico, financeiro, cultural e político. Surgem novas classes sociais que «vivem» do campo — os comerciantes (comercializando produtos agrícolas), os proprietários fundiários (que retiram a sua renda do campo mas que habitam a cidade e a própria terra adquire um novo valor de uso não em função da produção mas da propriedade urbana), os artífices que vingam sobre o artesanato rural, etc. Esta alteração da composição social da cidade provoca duas consequências fundamentais — por um lado o consumo do produto manufacturado predomina sobre o agro-pecuário e por outro, o campo torna-se também mercado de consumo dos produtos citadinos.

Uma nova e importante alteração tem início na segunda metade do século XIX com a explosão do processo industrial. O sistema de relações cidade-campo, e o papel preponderante da cidade transforma-se mais profundamente do que na lenta evolução de muitos séculos adquirindo novas características.

O campo vai agora depender essencialmente dos processos de decisão que se situam, no mínimo, a nível nacional — fixação de preços agrícolas, créditos à produção agro-pecuária, circuitos de comercialização, difusão de inovações, etc. O produto agrícola já não alimenta o circuito económico da cidade, são outros produtos e a re-utilização dos bens agrícolas que se tornam essenciais ao consumo. Simultaneamente o campo assegura cada vez menos o escoamento de produtos industriais devido à diminuição da sua população e aos seus fracos recursos.

A cidade transforma-se em extensos aglomerados — as áreas metropolitanas — com novas formas de organização espacial já não caracterizadas apenas pela sua dimensão e densidade mas pela difusão no espaço das actividades, funções e interdependências segundo uma dinâmica social largamente independente da ligação geográfica. No interior das regiões metropolitanas encontra-se uma gama variada de actividades (inclusive a agricultura).

Finalmente, desenvolve-se a partir dos anos sessenta, uma nova etapa das relações entre sociedade e espaço na medida em que, se rompe definitivamente com os espaços nacionais e se articulam, de forma especializada e dependente, os territórios mundiais.

As transformações tecnológicas actuais — micro-electrónica, telecomunicações, desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, automatização dos processos de trabalho, etc., arrastam consigo profundas alterações espaciais gerando novas divisões espaciais do trabalho e capital inter-países e intra-países. O estabelecimento definitivo de uma economia mundial, em situações de profunda desigualdade e dependência, altera espacialmente as condições de crescimento urbano no centro e na periferia. Enquanto nos países centrais se assiste, nas últimas duas décadas, a uma diminuição das grandes áreas metropolitanas com todo o inevitável cortejo de crise urbana.

Esta breve abordagem histórica das relações cidade-campo demonstra como o processo de crescimento urbano não se realiza de forma linear e ininterrupta obedecendo a uma lógica unívoca mas na confluência de interesses e estratégias que articulam a sociedade com o espaço.

David Harvey (1972) defende que entender o urbanismo, numa dimensão diacrónica, implica articular historicamente três conceitos chave — o conceito de excedente, o modelo de integração económica, e o conceito de organização social.

Será na articulação entre estes três conceitos que será possível detectar a lógica da evolução histórica da organização espacial.

Numa dimensão mais actual interessa-nos agora, sobretudo, os fundamentos de uma determinada organização espacial, ou seja, situar a função do espaço urbano no capitalismo avançado.

Se o urbano assumiu fundamentalmente funções político-jurídicas em certas conjunturas históricas, seja a polis grega ou as cidades medievais centradas no estatuto jurídico dos «burgueses», actualmente constata-se uma inadequação entre as fronteiras políticas e a especificação espacial. Aliás, parece que tudo se passa como se as unidades espaciais se

definissem em cada sociedade segundo a instância dominante característica do modo de produção — político-jurídica no feudalismo, económica no capitalismo.

Aceita-se assim, que no capitalismo o processo que estrutura essencialmente o espaço se situa na esfera económica, embora, e é fundamental não o esquecer, não se esgote nela.

Esta posição é aceite, sem grandes controversias, pelos vários autores daquilo que se tem denominado como «novas correntes em sociologia urbana», no entanto, os enfoques na análise do espaço urbano são relativamente diferentes segundo as várias perspectivas. De forma assaz simplista podemos referir que as diferenças se situam na valorização de diferentes dimensões da esfera produtiva — produção, circulação, consumo.

Para Harvey (1972, 77, 78) o urbano é fundamental para processo de acumulação capitalista por três razões: a concentração do excedente em determinados pontos do território permite mais facilmente a extracção da mais valia; b) o «built environment» é um bem de capital fixo; c) esse capital fixo é importante na regulação das crises de acumulação.

Jean Lojkine (1977) valoriza o espaço urbano como «condição geral de produção». No capitalismo avançado as infra-estruturas espaciais, quer de apoio à esfera directamente produtiva quer às diferentes dimensões da reprodução, são essenciais à circulação e valorização do capital.

Em Manuel Castells (1972) o urbano caracteriza-se por ser «uma unidade de consumo colectivo» na medida em que, devido à concentração de capital e trabalho, na cidade se materializam os bens e serviços fundamentais à reprodução da força de trabalho.

Numa perspectiva mais weberiana, alguns autores anglo-saxónicos (Rex e Moore, 1967, 1973 e Pahl, 1975) acrescentam uma quarta concepção do urbano. Os bens e serviços urbanos são escassos e portanto estão sujeitos a conflitos para a sua distribuição. A cidade é assim uma «arena de conflitos» pela distribuição dos escassos serviços urbanos.

Estes quatro modelos, que caracterizam as formas de apreensão do urbano na década de setenta, apesar das diferenças entre si (teóricas e empíricas) têm de comum o basear o objecto urbano numa teoria que articule efectivamente o desenvolvimento urbano com o desenvolvimento da sociedade como um todo.

Nestas perspectivas o «espaço construído» é importante para a produção, circulação e realização do capital, fruto de contradições internas dos próprios agentes sociais que a utilizam capitalisticamente e que o Estado tem dificuldade em re-organizar dada a contradição entre um bem capitalista e a socialização crescente que o seu uso alargado requer. De facto a diversidade dos agentes urbanos (desde os proprietários fundiários, ao capital imobiliário, industrial e financeiro até aos próprios urbanitas) são de difícil conciliação. Agravado pelo facto de que a concentração crescente de capital e trabalho em zonas urbanas requer a socialização de grande parte das condições de reprodução social gerando necessidades e serviços não rentáveis do ponto de vista do capital (transportes, equipamentos de saúde, educação, segurança, etc).

### 3. A territorialização das relações sociais — o quotidiano e a cidade

As perspectivas anteriores têm a vantagem de evidenciar o espaço como produto social, fruto de relações conflituais e lógicas nem sempre coincidentes entre os agentes sociais dominantes. O espaço urbano não é coincidente como algo neutro e singular desarticulado do todo social mas como um elemento fundamental para a lógica de desenvolvimento do modo de produção.

No entanto, se é um facto que habitamos cidades «produzidas» antes de nós e com uma lógica de lucro que valoriza as relações de troca, não é menos verdade que esse mesmo espaço é recriado quotidianamente pelos sujeitos que o habitam imprimindo uma dinâmica social que não é mais possível ignorar.

Frequentemente se tem valorizado que na sociedade actual a relação social e simbólica de enraizamento num dado território tem sido substituída por uma lógica de rendimento e lucro. No entanto, deve considerar-se a tensão entre, por um lado os efeitos desse enraizamento local e quotidiano e por outro, a lógica estrutural que se materializa num vasto espaço interdependente. Dito por outras palavras, se por um lado uma (i)lógica racional e exploradora impõe uma ordem mais ou menos homogénea que se generaliza a todos os aspectos da vida quotidiana, por outro, há que detectar as resistências que essa violência provoca, através duma afirmação vivida dum enraizamento territorial que se exprime numa multiplicidade de valores e comportamentos urbanos.

Nesta dimensão o espaço e os agentes sociais que nele vivem não são simples receptáculos passivos de lógicas estruturais, mas agentes activos de enraizamento territoriais determinados que operam através de um sistema de representações e significações. O espaço permite situar os diferentes actores sociais uns face aos outros, revelando-se dotado da capacidade de induzir orientações para a acção, orientações essas, que pela sua dimensão de relações territorialmente localizadas distribuem oposições e solidariedades a partir de outras bases sociais.

Colocar assim o espaço e os actores obriga a perceber a vida social como um processo dinâmico onde agentes de lógicas e estratégias diferenciadas se apropriam diferencial e conflituosamente dos espaços. É sobretudo considerar outro nível de análise que não coloca os sujeitos como meros «instrumentos de força de trabalho» ou «consumidores», determinados na sua acção pelas estruturas sociais, mas sujeitos dadores de sentido e capacitados de recrear quotidianamente a vida social.

A análise das «práticas sociais urbanas» pretende legitimar o estudo das inter-acções quotidianas e o papel que o espaço desempenha nessas relações. Mudando de lógica e de escala a análise das relações territorialmente localizadas implica o estudo das formas como o espaço é quotidianamente apropriado e «produzido» pelos sujeitos que o habitam.

Se por exemplo a distância casa-trabalho é uma característica das sociedades modernas provocada pelas leis do lucro do mercado urbano e influi directamente nos tempos e estratégias de vida quotidiana estas também não decorrem linearmente das relações que presidiram à estruturação desse espaço.

Esta é a problemática central da articulação entre espaço e vida social que supõe que as unidades espaciais implicam regras próprias, quer ao nível do sentido quer face às possibilidades de acção. Sendo o espaço um lugar de significação, não sendo necessariamente nem o primeiro nem o único, deve situar-se na relação complexa dos comportamentos dos actores tornando-se possível detectar a sua capacidade específica de intervenção nos fenómenos de interacção. A questão que agora se coloca é situar o elo de ligação entre a pertença a uma determinada região, cidade ou bairro e o desenvolvimento de modalidades específicas de solidariedade e oposição ou, pelo contrário, considerar o espaço como o lugar de vivência de formas de solidariedade e de oposição que encontram a sua explicação fora desse quadro.

Jean Remy (1974, 1981) trabalha a articulação entre a estrutura social e a estrutura espacial a partir do uso que se faz do espaço nas relações quotidianas. Considera que o espaço provoca simultaneamente «efeitos autónomos» e «efeitos próprios», os primeiros são efeitos que não são deductíveis de outros elementos da estrutura social embora se encontrem com ela relacionados, os segundos encontram a sua explicação noutras determinantes da estrutura social.

Os «efeitos autónomos» advêm do facto do espaço se constituir, ao nível da vida quotidiana, como «uma condição material de existência». a aptidão do espaço em produzir este tipo de efeitos pode ser analisada a partir de dois tipos de efeitos: efeitos «estruturantes ou de poder» e efeitos «estruturais ou de consciência».

Os efeitos estruturantes como tipo de efeitos de poder incidem na organização dos espaços concretos intimamente vinculados à organização dos horários quotidianos, o que

incide necessariamente sobre a capacidade de intervenção dos diversos actores sociais e revelam-se pela organização da relação «espaços-tempos concretos» (a distância casa-trabalho é, mais uma vez, um bom exemplo). Os efeitos de poder assim engendrados pelo espaço revelam a forma como este contribui para organizar as redes de interacção favorecendo umas em detrimento de outras.

Um exemplo ilustrativo apresentado pelo autor pode ser analisado na organização de bairros em torno da fábrica ou empresa que levam a favorecer o impacto das relações profissionais que aparecem como um elemento decisivo nas interacções que se estabelecem dentro e fora da vida de trabalho tendendo a arrastar para o exterior hierarquias e conflitos do trabalho. Inversamente a separação entre o local de trabalho e o de residência favorece a autonomização das redes de relações entre a vida profissional e familiar.

Os efeitos estruturais como tipo de efeitos de consciência, intimamente relacionados com os anteriores, remetem para o facto de que ao considerarmos que o espaço modela as interacções ele contribui, por essa razão, para construir uma determinada representação da vida social, das suas hierarquias e prioridades.

O alojamento, por exemplo, na medida em que permite uma apropriação personalizada do espaço familiar permite contrapor-se a outros espaços mais públicos, mais anónimos e de menor apropriação, concedendo-lhe um estatuto de «posse» territorial a partir do qual se organiza toda uma percepção do espaço e da distância.

A análise dos efeitos autónomos do espaço deve ser realizada a partir deste duplo ponto de vista — em termos estruturantes detectando a distribuição espacial dos vários equipamentos e serviços e em termos estruturais onde se considera o espaço onde os grupos organizam a sua vida quotidiana, os seus projectos e reagem perante um certo número de situações.

O espaço produzindo efeitos autónomos, no entanto, interage com os elementos da estrutura social não havendo possibilidades de detectar a especificidade desses efeitos sem conseguir delimitar, conceptual e empiricamente, as suas relações mútuas. A este nível a questão central reside no detectar se uma certa forma de utilizar e viver o espaço não remete necessariamente para a estrutura social e para a organização das suas instâncias dominantes. Vejamos dois exemplos que revelam a articulação e interdependência entre o espaço e a estrutura social — a utilização simbólica dos centros da cidade e a coexistência de grupos sociais heterogéneos.

Se considerarmos do ponto de vista histórico, a organização e funções dos centros das cidades reparamos que estes elementos surgem interligados com a lógica interna da organização social.

Analisando as funções da polis grega notamos como ela expressa o sistema democrático estabelecido. O centro tendo um valor privilegiado aparecia com posições simétricas e relacionadas com as posições que ocupavam os cidadãos traduzindo, nessas posições de igualdade e homogeneidade das distâncias, a estrutura social. Já nas cidades mais teocráticas, o centro era ocupado pelos serviços religiosos ou civis sendo a diferenciação hierárquica medida em função da distância ao centro.

Se considerarmos hoje o centro de Lisboa (tal como noutras cidades do mundo) verificamos que aí se instalam as actividades consideradas mais vitais, mais decisivas e importantes, onde se levantam os edifícios mais representativos. Esta representação formal e simbólica joga um papel activo na formação da consciência colectiva demarcando o centro como o lugar mais rico e de maior significado económico, político e cultural.

No exemplo do valor simbólico do centro estão presentes quer os elementos da estrutura social que o organizam quer os efeitos de poder e de consciência que advêm das suas funções e imagens.

Não menos interessantes são os aspectos apresentados pelos já numerosos estudos sobre a coexistência espacial de grupos sociais heterogéneos. Se o espaço induzisse efeitos autónomos seria de prever que num dado espaço os grupos sociais aí radicados espelhassem normas e valores de interacção, senão iguais, pelo menos semelhantes, em múltiplos

aspectos. Ora constata-se que, por exemplo, uma certa urbanização «humanista» que se propôs recriar edifícios e zonas que predisponham para o estabelecimento de redes de interacção têm tido dos mais díspares resultados. Se nalgumas situações o que se previa acontece noutras e, talvez mais frequentemente, são esses espaços de sociabilidade que se tornam os principais geradores de conflito.

As pesquisas realizadas sobre os modelos de apropriação dos espaços públicos e das relações entre vizinhos têm revelado uma enorme diversidade de variáveis mediadoras entre o espaço e a sua apropriação quase todas de ordem social (classes sociais, idades, sexo, tempo de permanência no local, origem geográfica, mobilidade social, etc.). Revelam ainda que a coexistência no espaço exprime frequentemente o encontro momentâneo de trajectórias sociais muito diferentes que engendram diferentes formas de sociabilidade. A proximidade espacial, muitas vezes, disfarça uma profunda distância social particularmente nos grupos situados nos extremos da hierarquia (Chamboredon, Lemaire, 1970; Pinçon, 1981).

Não só a uma mesma organização espacial não corresponde o mesmo modelo de apropriação desse espaço como também podem corresponder efeitos opostos e, mesmo na circunstância de coincidir organização espacial e modelos culturais, as formas de representar e viver o espaço são múltiplas, não coincidentes e díspares.

Voltados que estamos ao ponto de partida, ou seja, à tentativa de articulação entre espaço e vida social, se bem que as propostas de Jean Remy não solucionem conceptualmente o problema, permitem, no entanto, ao distinguir os efeitos autónomos dos efeitos determinados avançar com níveis de observação e análise empírica. Como se articulam as diferentes mediações e qual a função específica da variável espaço é uma questão ainda hoje sem respostas precisas e fundamentadas e que só a pesquisa empírica permitirá ir esclarecendo.

O espaço aparece como uma mediação indispensável a partir do qual se formam as situações particulares e se exprimem diferentes estruturas sociais e culturais na medida em que, é na conjugação do *hic et nunc* dos códigos de utilização espaciais e do suporte físico concreto, que se realizam as relações entre os agentes.

Isto põe em evidência que o espaço é um dos lugares privilegiados a partir dos quais se desenvolvem ambiguidades sociais contribuindo para instituir posições desiguais o que justifica uma forte vigilância crítica em toda a análise que não se quer limitar a homogeneizar as percepções da vida quotidiana.

O espaço sendo conflitualmente produzido é também conflitalmente acessível e apropriado. Sendo uma condição material (e social) de existência dos sujeitos e portanto, essencial à sua sobrevivência, é desigualmente distribuído e apropriado tornando-se necessário detectar os recortes, conflitualidades e efeitos próprios com que mediatiza e é mediatizado pela estrutura social.

Se conhecemos hoje, muito pouco sobre as relações entre o espaço e a estrutura social são, no entanto, há longo tempo bem visíveis as lógicas e estratégias conflituais que configuram a condição de urbanita.

A «crise urbana» não é o mero fruto do incontrolado crescimento das cidades é um dos muitos sinais visíveis da contradição entre forças produtivas e relações sociais.

#### 4. À conquista duma nova condição urbana

A pesquisa urbana actual tem percorrido as duas linhas de pesquisa atrás referenciadas, por um lado na aproximação político-económica centrada na relevância da urbanização capitalista para o processo de acumulação e por outro, na detecção das raízes do conflito urbano que encara a cidade como fonte de desigualdades sociais e portanto, objecto e local de lutas sociais específicas. No entanto, estas duas aproximações que geralmente são



apelidadas de «estruturais» e «compreensivas» nunca foram integradas numa única teoria e linha de pesquisa coerente.

Não tem sido suficiente defender que a relação entre organização espacial e dinâmica social não deve ser conceptualizada de forma mecânica. A cidade, como forma espacial específica, não constitui um simples produto da sociedade mas é uma das suas componentes. Isto significa que a relação entre a cidade e a sociedade não se limita às inter-relações nas quais a cidade cumpre determinadas funções dentro dos processos e estruturas que constituem o sistema social, tal como não se podem analisar as formas sociais a não ser na relação com os seus conteúdos e efeitos.

A análise espacial deve ser considerada como parte integrante da análise social. Numa sociedade desigualmente «produzida» e «consumida» a conquista duma nova condição urbana exige a procura duma nova condição humana. Esta é a utopia dos novos urbanistas mas, é sobretudo, o sonho dos actuais urbanistas.

## Bibliografia

- CHAMBOREDON, J. P., LEMAIRE, M., 1970 — *Proximité spatiale et distance sociale*, in *Revue Française de Sociologie*, XI, pp. 3-33.
- CASTELLS, M., 1972 — *La question urbaine*, Paris, François Maspero.
- HARVEY, D., 1973 — *Social justice and the city*, London, Edward Arnold.
- IDEM, 1977 — *The geography of capitalist accumulation: a reconstruction of marxian theory*, in *Antipode*, 7 (2), pp. 9-12.
- IDEM, 1978 — *The urban process under capitalism: a framework for analysis*, in *I.J.U.R.R.*, 2 (1), pp. 101-131.
- LOJKINE, J., 1977 a) — *Le marxisme, l'état et la question urbaine*, Paris, Presses Universitaires de France.
- IDEM, 1977 — *L'état et l'urbain: contribution à une analyse matérialiste des politiques urbaines dans les pays capitalistes développés*, in *I.J.U.R.R.*, 1 (2), pp. 256-271.
- PHAL, R., 1968 — *Readings in urban sociology*, Oxford, Pergamon Press.
- IDEM, 1975 — *Whose city? and further essays on urban society*, Harmondsworth, Penguin Books.
- PICKVANCE, C. G., 1977 — *Marxist approaches to the study of urban policies: divergences among some recent french studies*, in *I.J.U.R.R.*, 1 (2), pp. 219-55.
- PINCON, M., 1981 — *Coubert, groupes sociaux et modes de vie dans une cité HLM*, Paris, Plan-Constuction.
- REMY, J., VOYÉ, L., 1974 — *La ville et l'urbanisation*, Paris, Duculot.
- IDEM, 1981 — *Ville, ordre et violence — formes spatiales et transaction sociale*, Paris, Presses Universitaires de France.
- REX, J., MOORE, R., 1967 — *Race, community and conflict*, London, Oxford University Press.
- REX, J., 1973 — *Race, colonialism and the city*, London, Routledge Keagan.